

revista

canal

 abcon

UNIÃO ENTRE **GOVERNO** E **SETOR PRIVADO**

SANEAMENTO CONECTADO

ABCON reúne o setor e autoridades em Brasília para discutir o impacto do marco legal e os desafios da futura universalização de água e esgoto no país

07

Panorama: avanço no saneamento beneficia os mais vulneráveis

12

Entrevista: governadora Raquel Lyra e a expectativa pelo leilão de Pernambuco

14

Plano Político: reformas importantes seguem em discussão no Congresso



ABCON

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Rogério de Paula Tavares (Aegea Saneamento)

Vice-Presidentes

Juliano Heinen (Iguá Saneamento), Paulo Roberto de Oliveira (GS Inima), Claudio Bechara Abduche (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Samanta Salvador Tavares de Souza (Sabesp)

Conselheiros

Cristiano de Lima Logrado (Equatorial), Fernando Evanyr Borges da Fonseca (Terracom Concessões), Alexandre Ferreira Lopes (Aviva Ambiental) e Denis Lacerda de Queiroz (Norte Saneamento)

Suplentes dos Vice-Presidentes

Yaroslav Memrava Neto (Aegea Saneamento), Giuliano Vito Dragone (GS Inima), Marilene de Oliveira Ramos (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil) e Meunim Rodrigues Oliveira Jr (Sabesp)

Suplentes Conselheiros

José Ailton Rodrigues (Equatorial), Alessandro José Conte Hidalgo (Terracom Concessões e Participações), Vaney Iori (Aviva Ambiental) e Sergio Garrido de Barros (Norte Saneamento)

Contate a ABCON

faleconosco@abconsindcon.com.br
(11) 3165-6151 - (11) 3165-6158

São Paulo

Rua Dr. Cardoso de Melo, 1460, conjunto 36,
3º andar - Condomínio Edifício Pilar
Vila Olímpia - CEP 04548-005

Brasília

SHS Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Salas 1203
a 1205 - Edifício Brasil XXI - CEP 70316-902

EQUIPE

Diretora-Presidente

Christianne Dias Ferreira

Superintendente Técnica

Ilana Ferreira

Superintendente Jurídico

Felipe Cascaes

Superintendente Regulatória e de Governança Corporativa

Thaís Mallmann

Gerente de Comunicação

Luisa Medeiros

Coordenador Técnico

Romário Júnior

Coordenadora de Desenvolvimento Comercial

Priscila Bezerra

Analista Legislativo

Lídia Sousa

Supervisora Administrativo Financeira

Elaine Chagas

Secretária

Geovanna Plaza

REVISTA CANAL é uma publicação da ABCON – Associação Brasileira das Empresas de Saneamento

revista@abconsindcon.com.br

Projeto editorial

Em Foco Comunicação Estratégica

Editor: Nelson Lourenço (MTb 22.899)

Projeto Gráfico e Diagramação: Ricardo Villar

Foto da Capa: Percio Campos – Divulgação ABCON

Crédito das demais imagens: conforme indicado

SUMÁRIO

04

Editorial

Os avanços do saneamento, debatidos num evento único

05

Opinião

O impacto positivo da expansão de investimentos

07

Panorama

Ampliação no atendimento beneficia os mais vulneráveis

12

Entrevista

Governadora Raquel Lyra prioriza o saneamento em Pernambuco

14

Plano Político

Reforma tributária retorna à pauta em Brasília

16

Capa

Conexões Saneamento: o presente e o futuro do setor



28

Congresso

Marco ambiental e o saneamento

29

As Boas Práticas

De Norte a Sul, a universalização avança entre as concessões privadas

34

Estudos & Dados

Sobre debênture incentivada

36

Radar Setorial

Mercado aguarda definição sobre debêntures

37

Capacitação

Parceria com a Hydrus oferece curso inédito

38

Saneamento é Saúde

Água e esgoto salvam vidas

40

Rede da Regulação

Tema 565 é confirmado

42

Palavra final

Direito à água garantido

Acompanhe nossas redes sociais



Vidas estão sendo transformadas

Em nossa trajetória no saneamento, estive por diversas vezes em Brasília para falar sobre as demandas do setor. Assim, foi com grande satisfação que rumamos novamente para a Capital Federal neste segundo semestre, a fim de participar, em nome da ABCON, de um acontecimento ímpar, que teve como objetivo discutir e propor caminhos para que tenhamos água e esgoto universalizados até 2033.

Posso afirmar, com conhecimento de causa, que o Conexões Saneamento 2025 proposto pela ABCON foi o melhor evento do setor em muitos anos. Parte das discussões levantadas no encontro, a partir da presença nos painéis de autoridades e especialistas muito qualificados, é apresentada a seguir nesta REVISTA CANAL, que prossegue em seu formato impresso, inclusive para cumprir o dever de registrar esse momento histórico.

O Conexões Saneamento foi idealizado para marcar os cinco anos em vigor da Lei 14.026/20, o Marco Legal do Saneamento. E nele, entre autoridades e especialistas, uma questão sempre evocada nesses encontros veio à tona mais uma vez: conseguiremos cumprir a meta estabelecida, ou seja, prover água tratada para 99% do povo brasileiro e esgotamento sanitário para ao menos 90% da população nos próximos oito anos?

Na oportunidade, tive o privilégio de compartilhar, logo na abertura do evento, um olhar otimista para o futuro do saneamento no país. Uma visão de quem já convive há décadas com os desafios de se levar água e tratamento de esgoto a todos.

Sem dúvida, as metas propostas pelo marco legal são exequíveis, principalmente quando lembramos que a lei prevê o prazo de 2040 para as regiões de maior complexidade no avanço das redes.



Foto: Divulgação

Com a maior participação das concessionárias privadas – grandes indutoras de investimentos –, a realidade do setor começa a mudar de maneira significativa. E, com isso, vidas estão sendo transformadas, de Norte a Sul do país.

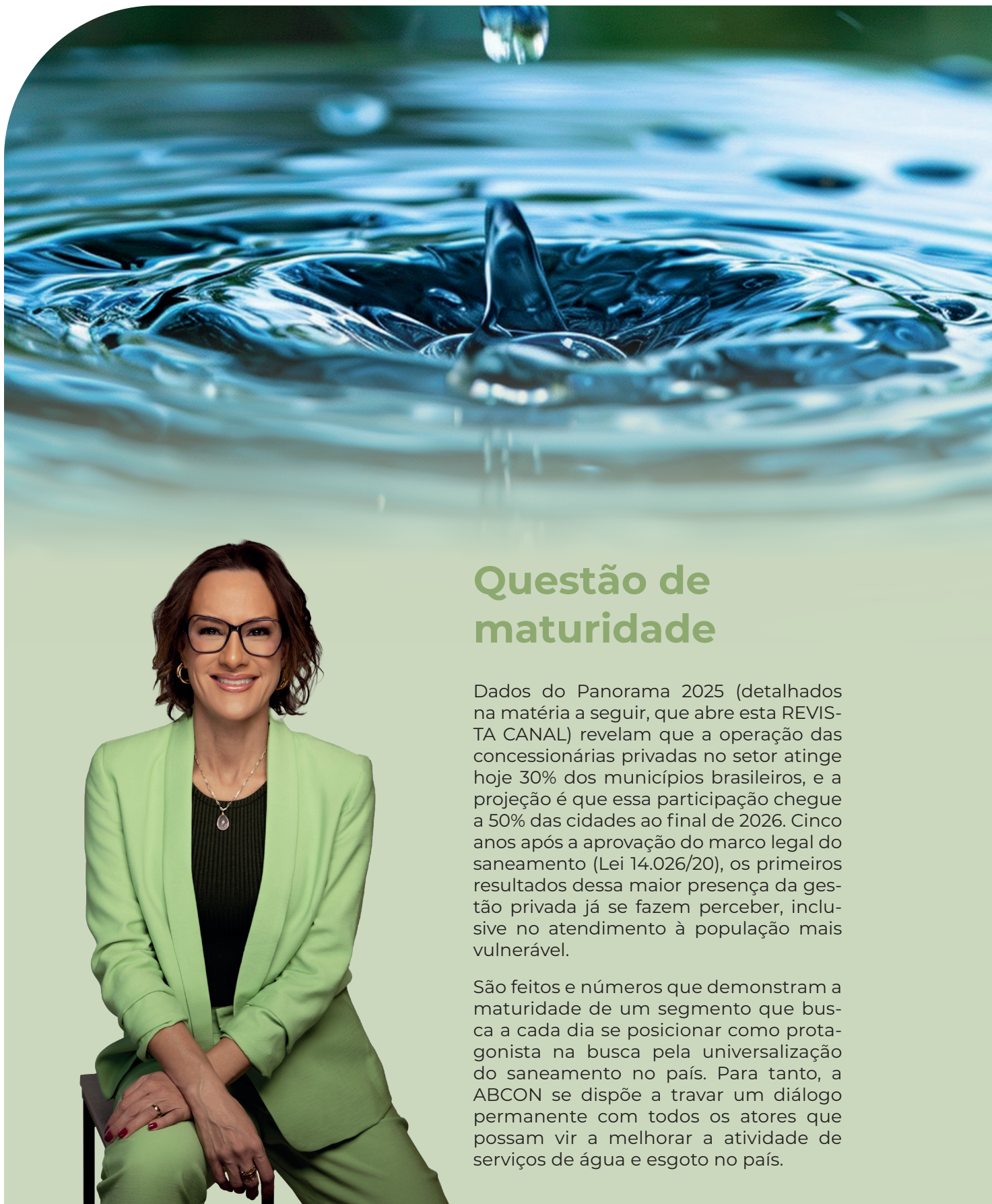
A lei que está propiciando esse novo cenário do saneamento é muito mais do que um conjunto de normas para o setor progredir. É um marco civilizatório.

Voltamos do Conexões com a certeza de que estamos no caminho certo!

Saiba como podemos avançar ainda mais nas próximas páginas da CANAL.

Boa leitura!

Rogério Tavares
Presidente do Conselho de
Administração da ABCON



Questão de maturidade

Dados do Panorama 2025 (detalhados na matéria a seguir, que abre esta REVISTA CANAL) revelam que a operação das concessionárias privadas no setor atinge hoje 30% dos municípios brasileiros, e a projeção é que essa participação chegue a 50% das cidades ao final de 2026. Cinco anos após a aprovação do marco legal do saneamento (Lei 14.026/20), os primeiros resultados dessa maior presença da gestão privada já se fazem perceber, inclusive no atendimento à população mais vulnerável.

São feitos e números que demonstram a maturidade de um segmento que busca a cada dia se posicionar como protagonista na busca pela universalização do saneamento no país. Para tanto, a ABCON se dispõe a travar um diálogo permanente com todos os atores que possam vir a melhorar a atividade de serviços de água e esgoto no país.

Foi com essa disposição ao debate que idealizamos o Conexões Saneamento 2025, primeiro evento de porte da entidade em Brasília. O encontro reuniu ao longo de um dia autoridades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, analistas, líderes de mercado e formadores de opinião ligados ao saneamento.

Em pauta, a discussão sobre quais são os caminhos para termos as melhores políticas públicas, mecanismos de financiamento e segurança regulatória nos próximos anos, aspectos decisivos para atingirmos a meta de universalização proposta pelo marco legal.

A transformação aguardada até 2033 terá impactos significativos na saúde e bem-estar da população. Entendemos, portanto, ser fundamental que cada vez mais pessoas possam se conscientizar sobre esse salto de qualidade proporcionado pela expansão das redes de água e esgoto. Quanto mais capilaridade tivermos nessa discussão, melhor.

Um dos desafios do Conexões foi exatamente inspirar o setor a levar essa mensagem

para além do círculo de especialistas, de maneira que a população tenha a exata medida de algo que, para o mercado, é cristalino: a importância de reforçarmos as diretrizes estabelecidas na lei como o caminho mais rápido para chegarmos até a universalização.

Para fazer a diferença e levar água tratada a quem não conta com esse serviço básico, é preciso fortalecer a atual regulação. Esse foi um dos pontos em comum entre as principais conclusões do Conexões. Outras preocupações envolvem decisões que dependem da análise do Legislativo em torno de assuntos que impactam diretamente o setor, como o licenciamento ambiental e a reforma tributária.

Vivemos um ciclo virtuoso no saneamento, proporcionado por uma lei consolidada e comprovadamente efetiva em seus propósitos. Que esse ambiente favorável perdure nos campos regulatório, jurídico e institucional, para que possamos fazer ainda mais pelo saneamento brasileiro.

Christianne Dias

Diretora Presidente da ABCON



Menos desigualdade com mais saneamento

Anuário da ABCON mostra ampliação acima da média do atendimento à população mais vulnerável

Todas as estatísticas referentes aos últimos cinco anos, prazo em vigor do marco legal do saneamento, mostram que a lei já trouxe, como se pretendia, resultados efetivos na ampliação do atendimento à população em água e esgoto tratados. A novidade, estampada nos números do mais recente anuário da ABCON, é que essa expansão está sendo ainda maior entre aqueles que mais necessitam desses serviços.

Segundo o Panorama da Participação Privada no Saneamento 2025, entre 2019 e 2023, mais de 674 mil domicílios com renda de até meio salário-mínimo per capita passaram a ter água encanada em casa. Em relação ao avanço médio geral, isso significa o dobro de crescimento no nível de atendimento entre a população mais vulnerável.

Publicado há 12 anos consecutivos pela ABCON, o Panorama foi lançado no final de agosto, durante o evento Conexões Saneamento 25. As informações atualizadas focam na atividade de todo o setor, com um recorte mais aprofundado nos números das operadoras privadas. O documento se baseia em dados do governo federal, como IBGE, PNAD, Sinisa, SNIS, Radar PPP e BNDES, e também indicado-



Os ministros Jader Filho e Gilmar Mendes receberam das mãos do presidente da ABCON a publicação

res econômicos e sociais reunidos na plataforma ABCON Data (todas as notas metodológicas estão disponíveis).

“O Panorama mostra o quanto já evoluímos com o marco legal. Com a lei, milhares de famílias passaram a ter acesso a água tratada e esgoto, mudando completamente sua qualidade de vida. Os cinco últimos anos já fizeram diferença na vida das pessoas que mais

precisam do serviço, que viviam sem acesso a esse direito básico que é ter água tratada na torneira. É uma desigualdade histórica que começa a ser superada”, celebrou a diretora presidente da ABCON, Christianne Dias, em conversa com jornalistas no lançamento da publicação.

Confira nas próximas páginas os principais números do Panorama 25.

Alguns dos principais avanços no marco legal:

Atendimento

- 6,3 milhões de domicílios passaram a ter água encanada.
- 6,1 milhões de domicílios foram conectados à rede de esgoto
- 674 mil lares de baixa renda tiveram acesso garantido à água
- Mais de 1,2 milhão de domicílios passaram a contar com rede de esgoto
- O crescimento de cobertura de esgoto entre domicílios de baixa renda é três vezes maior que a média geral.

Tarifa social

- Cresceu mais de 60% no período, alcançando 4,1 milhões de famílias.

Emprego e Renda

- 20,9% de crescimento no número de empregos formais no setor.
- 11,5% de aumento real nos salários médios.

Investimentos

- R\$ 84 bilhões investidos entre 2020 e 2023
- R\$ 24,7 bilhões investidos em 2023 – recorde histórico
- R\$ 181,6 bilhões contratados até 2025

Um raio X de cinco anos transformadores

Atendimento geral e expansão da rede em água e esgoto – 6,3 milhões de novos domicílios passaram a contar com rede de água tratada no marco legal.

O esgotamento sanitário também avançou. Em quatro anos, 6 milhões de domicílios foram conectados à rede de esgoto. Assim, a cobertura chegou a 69,9% dos lares brasileiros. Foi o maior crescimento dos últimos anos. E o que é melhor: entre a população de menor renda, esse crescimento no nível de atendimento foi quase seis vezes maior do que a média nacional.

Participação Privada – Um em cada três municípios brasileiros já conta com a participação privada nos serviços de água e esgoto. As operadoras privadas estão em 1820 municípios (32,7% do total). Em seis anos, houve um crescimento de 525% nessa participação (foram considerados no Panorama dados até o leilão do Pará).

Com projeção baseada nos leilões a serem realizados, a ABCON estima que a presença das concessionárias privadas alcance 50% das cidades no Brasil no próximo ano (2766 municípios). Em 2019, antes do marco legal, essa participação era de 5%.

Segundo o serviço ABCON Data, há 29 concorrências em andamento, previstas para serem realizadas até o final de 2026. Essa movimentação deve trazer mais R\$ 55,1 bilhões em investimentos contratualizados.

Investimentos e empregos – O setor de saneamento brasileiro investiu R\$ 84 bilhões entre 2020 e 2023, o que representa um crescimento de 22% no setor em comparação com os anos anteriores. Esses investimentos possibilitaram a instalação de 197 mil quilômetros de redes de água e esgoto no país, o que também resultou em um crescimento de 20,9% nos empregos formais atrelados à expansão da rede e serviços prestados, em todo o país. No mesmo período, a remuneração média do setor subiu 11,5% em termos reais, com grande valorização da mão de obra especializada que atua nas concessões.

O volume de recursos investidos alcançou R\$ 24,7 bilhões em 2023, o maior valor já registrado.

Refletindo sua atuação em um novo cenário, a participação privada nos investimentos passou de 15,1% para 27,3% em apenas três anos.

No comparativo de investimento por ligação, a iniciativa privada registrou em 2023 uma média 75% maior do que o mercado como um todo. Em todo o período pós-marco legal, enquanto as operadoras privadas aumentaram em 23% o investimento por ligação, a média geral do setor ficou em 14%.

Cadeia produtiva – a produção de máquinas, equipamentos e materiais específicos cresceu 97,7% em termos reais, atingindo R\$ 2,6 bilhões em 2022.

Modelos de concessões – entre as operadoras privadas, 78% são concessões plenas — quando uma companhia assume todo o ciclo, do abastecimento de água à coleta e o tratamento de esgoto—; 18% são PPPs (parcerias público-privadas); e 4% são concessões parciais.

Impacto na universalização – 3.814 municípios estão com metas contratualizadas de acordo com o marco legal, ou seja, 68% das cidades brasileiras têm metas estabelecidas em contrato no sentido de alcançar a universalização dos serviços (o cumprimento das metas está sujeito à fiscalização; caso não sejam atendidas, o município pode ser penalizado).

Tarifa social – entre 2019 e 2023, o número de famílias beneficiadas cresceu mais de 60%, considerando as economias ativas residenciais contempladas com o benefício, o que representa cerca de 4,1 milhões de lares.

Impressiona o crescimento da tarifa social entre os operadores privados: 587% de aumento. O percentual de beneficiários nas concessionárias privadas saltou de 3,6% para 8,5%.



Ampliação do alcance da tarifa social favorece as famílias

Dados mostram evolução de indicadores em todas as regiões

Norte

Após o leilão do Pará, concluído em agosto, o Norte se tornou a região com maior proporção de participação privada entre os municípios. No total, foram 14 leilões entre 2020 e 2025, envolvendo 153 municípios e definindo mais R\$ 22,3 bilhões em investimentos contratualizados. O Amapá, por exemplo, realizou leilão para todo o estado e assim poderá superar nos próximos anos déficits históricos de coleta e tratamento de esgoto.

Outro destaque são os 39% de municípios que já estão com universalização contratualizada.

A região também avançou na exigência de se ter Planos Municipais de Saneamento Básico. Eram apenas 118 municípios com PMSB em 2019 e esse número foi a 272, em 2023 (crescimento de 131%).

Nordeste

Destaque para o percentual de municípios com metas contratualizadas, que alcança 77% das cidades nordestinas,

o maior índice entre todas as regiões. E o Nordeste deve avançar ainda mais nos próximos anos, com os leilões de Pernambuco (marcado para dezembro deste ano), Paraíba e Maranhão.

No total, são seis novas concorrências previstas, contemplando 568 municípios e concentrando R\$ 52 bilhões, o maior volume de investimentos estimados em projetos (o equivalente a 66% dos investimentos dos projetos em estruturação).

Centro-Oeste

A região ultrapassou a marca de 43 mil empregados no setor em 2023, um aumento de 63,1% em relação a 2019.

O crescimento real na remuneração média no período foi de 46,6%; o valor chegou a R\$ 5.286,11.

Sudeste

É a região campeã no aumento de construção de redes e também a que teve maior número de leilões no período do marco legal.

Foram 20 leilões realizados entre 2020 e 2025, beneficiando 477 municípios, com R\$ 109,8 bi em investimentos. Com isso, já se pode observar um significativo aumento de 53.087 km na rede de água (37,3% do total nacional) e de 24.510 km na rede de esgoto (44,3% do total).

O Sudeste também avançou na elaboração dos PMSBs: aumento de 45,3% no número de municípios com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), passando de 940 em 2019 para 1.366 em 2023

Sul

Com leilões importantes, o Sul teve bom desempenho em dois itens muito positivos no esforço para alcançar a universalização: aumento de construção de redes e municípios com metas contratualizadas.

No período, houve expansão de 22.317 km na rede de água (15,7% do total nacional) e de 8.832 km na rede de esgoto (16,0% do total).

Os municípios que já possuem universalização contratualizada somam 71% do total.

O mapa da transformação

O Panorama 25 trouxe 14 casos de sucesso das operadoras privadas em todo o país. Percorrê-los é uma boa maneira de ter um retrato do que as concessionárias estão fazendo para colocar o Brasil no caminho da universalização do saneamento.

Alguns exemplos:

Em Teresópolis (RJ), a concessionária Águas da Imperatriz já está realizando mudanças importantes, e a expectativa é que a cidade passe a ter esgoto tratado a partir de 2028. O investimento ao longo de 25 anos de contrato é de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em Ouro Preto (MG), a concessionária Saneouro está investindo para avançar ainda mais após cinco anos de gestão e expansão do saneamento na cidade histórica. Serão R\$ 71 milhões de investimento em obras, melhorias e, principalmente, execução de novas redes.

Em Estiva Gerbi (SP), a concessionária privada local colocou em operação uma nova estação de tratamento de esgoto, dando fim a décadas de despejo irregular de efluentes nos mananciais da cidade, que, de cursos d'água antes marcados pelo esgoto, agora estão a caminho de recuperar sua biodiversidade.

Em Alagoas, a Verde Saneamento vai investir R\$ 155 milhões ainda este ano para ampliar o abastecimento de água e saneamento básico em 27 municípios. É mais que o dobro do investimento no ano passado.

Confira a apresentação resumida dos dados do Panorama em
<https://abconsindcon.com.br/avancos-no-saneamento-chegam-primeiro-a-populacao-mais-pobre-e-ampliam-cobertura-de-esgoto-no-brasil/>

QR Code para acessar materiais



Operação em Teresópolis, uma das cidades que passaram a ter investimentos de concessionárias privadas



“O leilão de saneamento em Pernambuco será um sucesso”

Governadora Raquel Lyra foi ao Conexões em Brasília e demonstrou muito otimismo sobre a concorrência, marcada para dezembro: “Será uma transformação social e econômica sem precedentes no estado”

Convidada a realizar a abertura do Conexões Saneamento 25, Raquel Lyra (PSD) fez uma apresentação marcante no evento. Seja em Brasília ou em seu próprio estado, a agenda da governadora de Pernambuco tem aberto espaço para discutir temas como a universalização do acesso à água tratada e à coleta e tratamento de esgoto, bem como a importância do marco legal do setor.

Na entrevista a seguir, ela fala sobre a expectativa do leilão, marcado para ser realizado no dia 18 de dezembro, e de todos os preparativos para que o certame seja bem-sucedido.

A concorrência vai definir R\$ 18,9 bilhões de investimentos contratualizados para uma concessão de água e esgoto em dois blocos, com 185 municípios no total, da região metropolitana até o Pajeú, incluindo Petrolina. O número de usuários beneficiados alcança 9,5 milhões de pessoas. A companhia privada assumirá a gestão dos serviços de distribuição de água e do esgotamento sanitário.

No evento, a governadora esteve acompanhada do secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco, Almir Cirilo.



Raquel Lyra: saneamento é prioridade em Pernambuco

Revista Canal: O leilão da Compesa está cercado de muita expectativa. Quais foram os preparativos da concorrência até aqui?

Raquel Lyra: Lançamos o edital em setembro, para as empresas apresentarem propostas no dia 11 de dezembro. O leilão está marcado para uma semana depois, no dia 18, na B3, em São Paulo. O processo todo foi muito transparente.

Na reta final, tivemos reunião com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para revisar pontos críticos e evitar solavancos.

A maior expectativa nossa é resolver o problema da água, levar água a mais pessoas, gente que precisa de água nas torneiras. São pessoas que já estão com a torneira lá, instalada em suas casas, mas a água não chega.

Quando assumimos o governo, encontramos dados alarmantes sobre água e saneamento. Por isso, tornamos essas áreas prioridades do governo. Queremos mudar a realidade dessas pessoas, promover cidadania e dignidade.

Revista Canal: Como funcionará a parceria do estado com a iniciativa privada?

Raquel Lyra: Estamos confiantes de que o leilão vai atrair vários concorrentes en-

tre grupos privados e será um sucesso. Teremos o maior investimento da história de Pernambuco na área de recursos hídricos e saneamento. Mais que isso: será uma transformação social e econômica sem precedentes no estado.

De nossa parte, também estamos investindo, injetando recursos na Compesa, que será a grande fornecedora de água da concessão, dando continuidade a grandes obras, à construção de adutoras, como a de Serro Azul, que tem recursos do Banco Mundial. No total, o aporte será de R\$ 6,1 bilhões, incluindo o Programa Águas de Pernambuco, que lançamos em 2024, para democratizar o acesso à água e ao esgotamento sanitário em todas as regiões do estado.

Revista Canal: De que forma esse leilão vai se diferenciar de outras concorrências que já aconteceram no período pós-marco legal?

Raquel Lyra: Importante dizer também que o modelo escolhido para o edital será o híbrido, combinando desconto na tarifa e outorga. Parte dessa outorga será destinada aos municípios, para que eles usem os recursos em obras de saneamento, e outra parte vai compor um fundo para obras com vistas à universalização do saneamento no estado, com obras de produção de água.

“Com o leilão, teremos o maior investimento da história de Pernambuco na área de recursos hídricos e saneamento”

Parlamentar de PE destaca parceria



Primeiro político a falar no Conexões, o deputado federal Fernando Monteiro (Republicanos) destacou a importância da integração entre o setor público, a iniciativa privada e o Congresso Nacional para garantir avanços concretos na área de saneamento básico.

“Para nós, políticos, no saneamento, não existe essa questão de público ou privado. Existem água e saneamento na vida das pessoas. Precisamos de investimentos maciços e, principalmente, agilidade nessa aplicação de recursos. Quem tem falta de água e esgoto tem pressa”, afirmou.

“O marco legal do setor foi debatido de forma exaustiva. Agora, nossa intenção é criar na Câmara um fórum permanente de discussão sobre saneamento”, concluiu o deputado, anunciando uma de suas bandeiras no Legislativo.

Reformas prosseguem no Congresso

Senador Eduardo Gomes ressalta a importância que o saneamento tem conquistado em discussões no Legislativo



Parlamentar destaca avanços em segurança jurídica

Após longas discussões no Congresso, o marco legal do saneamento está consolidado como uma grande vitória para o setor e a sociedade.

Em contrapartida, há temas que representam um revés em votações recentes no Legislativo. É o caso da reforma tributária e a não equiparação do setor aos serviços de saúde para efeito de arrecadação do futuro imposto unificado.

Dessa forma, para não termos retrocesso, Senado e Câmara prosseguem analisando projetos que poderão ser decisivos para o futuro da universalização de serviços de água e esgoto no país.

A análise é do senador Eduardo Gomes (PL-TO). Presente no Conexões, ele é um dos parlamentares que mais têm se debruçado sobre as demandas do saneamento em Brasília.

A seguir, em um pingue-pongue de perguntas e respostas, o senador avalia algumas dessas questões.

Revista Canal: Qual a avaliação que o senhor faz do setor, cinco anos após a aprovação do marco legal do saneamento?

Eduardo Gomes: Aqueles que trabalharam na aprovação do marco sabem das dificuldades que tivemos. Foi um período de pandemia, o

que não impediu que a gente se mobilizasse em torno dessa grande vitória para o setor e a sociedade. Tivemos vitórias espetaculares na apreciação dessa matéria. A legislação que aprovamos em 2020 trouxe segurança jurídica e abriu caminho para os investimentos privados, sem tirar o protagonismo do Estado na formulação de políticas públicas.

Revista Canal: O senhor também foi uma das lideranças mais presentes na reforma tributária. Com a discussão sobre a regulamentação da matéria de volta ao Senado, é possível termos uma nova apreciação do status do saneamento?

Eduardo Gomes: A votação da reforma tributária, tão aguardada por todos, foi um revés inesperado para o saneamento. Havia um ambiente tranquilo para a aprovação. Houve um entendimento amplo nas comissões do Senado e depois na votação no plenário da Casa. Mas depois, na Câmara, aconteceu a não inclusão do saneamento na área de saúde, o que, mantida essa condição, vai fazer com que os futuros impos-

tos sobre o setor aumentem em relação ao que é cobrado atualmente. É inexplicável que não tenhamos conseguido avançar para evitar uma tarifa que aumentasse a carga tributária do setor. Mas, para além do mérito na questão, precisamos entender quais são as impressões e percepções do Legislativo.

“O marco legal trouxe segurança jurídica para os investimentos privados”

Revista Canal: Outra questão importante para o saneamento é a autonomia das agências reguladoras. De que forma o Legislativo pode contribuir para que elas consigam desempenhar de maneira efetiva o seu papel?

Eduardo Gomes: Entendo que as agências reguladoras não podem ficar por longos períodos sem diretores nomeados. Ocorre que a aprovação

de substituição das diretorias das agências reguladoras nacionais no Legislativo não possui hoje um prazo definido. Precisaríamos ter uma temporada específica para esse trabalho, sem improvisos.

PEC do Saneamento está na Câmara

Em abril, o Senado aprovou em plenário a proposta de emenda à Constituição que reconhece o acesso ao saneamento básico como um direito constitucional. A PEC é de autoria do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) e de outros parlamentares. Encaminhada à Câmara como PEC 20/2025, ela segue em discussão até a aprovação final

A PEC modifica o artigo 6º da Constituição para incluir o saneamento entre os direitos sociais — da mesma maneira que já estão incluídos a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, alimentação, previdência social e segurança. A proposta havia recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2022.

Estratégico e inspirador

Saneamento se reúne em Brasília e traça rotas para o futuro



A alegria de quem não tinha água nem para lavar a louça e agora toma banho de chuveiro todos os dias, dentro de sua própria casa.

Foi com a exibição de sentimentos singelos como este, registrados em um minidocumentário produzido especialmente para a ocasião, que a ABCON abriu o Conexões Saneamento 2025.

Realizado no segundo semestre, em Brasília, o evento marcou por parte da entidade os cinco anos de marco legal do setor. Uma data que trouxe resultados a comemorar – como estampado nos depoimentos exibidos –, mas também evocou uma série de desafios que ainda persistem no caminho da universalização dos serviços.

Em sua primeira edição, o Conexões reuniu representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, investidores, dirigentes de

órgãos de regulação e executivos de concessionárias privadas e públicas. O objetivo foi envolver todo esse pessoal qualificado a fim de apontar soluções e decisões estratégicas para o saneamento avançar.

A mesa de abertura contou com a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra; o vice-presidente do Senado, senador Eduardo Gomes (PL-TO); e o deputado federal Fernando Monteiro (Republicanos-PE), que falaram após uma breve introdução do presidente do Conselho da ABCON, Rogério Tavares, e da diretora-presidente da entidade, Christianne Dias.

Após a abertura, seguiram-se cinco painéis, que abordaram assuntos de interesse imediato para o setor, como inovação, financiamento e risco regulatório.

Acompanhe a seguir os principais pontos explorados e conclusões do Conexões Saneamento.



Ministro Jader Filho: Público e privado devem trabalhar juntos



Ministro Gilmar Mendes: é preciso assegurar o direito ao saneamento



Ministro Anastasia: setor privado assume responsabilidades no cenário atual

O que eles disseram:

“A universalização dos serviços de saneamento básico são direitos indispensáveis”

Ministro Gilmar Mendes

“Saneamento é um direito humano essencial. Para garanti-lo com os investimentos necessários, público e privado devem trabalhar juntos”

Ministro Jader Filho

“A ausência de recursos financeiros por parte do Estado fez com que o Poder Público identificasse corretamente a necessidade de contar com a participação privada no saneamento. Isso também acarretou, ao privado, novas responsabilidades”

Ministro Antonio Anastasia

“Estamos fazendo todos os esforços para termos em Pernambuco um ambiente seguro para quem deseja empreender no saneamento. Nosso desejo é que todas as empresas participem do leilão que o estado vai promover”

Governadora Raquel Lyra

“A proposta de criarmos um Fundo de Saneamento em âmbito nacional pode fomentar a tarifa social”

Senador Alan Rick

“As agências reguladoras não podem ficar por longos períodos sem diretores nomeados. Isso fere o bom ambiente regulatório. Precisamos superar as restrições políticas para resolver essa questão”

Senador Eduardo Gomes

“Somos contra a outorga. Tem que existir investimento, principalmente em um setor em que o payback é de longo prazo. Que esse valor da outorga seja reinvestido em obras.”

Deputado federal Fernando Monteiro

“O texto do marco das concessões está para ser aprovado no Senado; essa nova lei, quando aprovada, com certeza vai ajudar e fortalecer o marco do saneamento”

Deputado federal Arnaldo Jardim

O Conexões Saneamento teve o patrocínio master do Grupo Aegea; patrocínio premium de GS Inima Brasil, Itaú, Lauro Rabha Advogados e Sabesp; patrocínio plus de Águas do Brasil e Copasa; cota única de Acciona, BF Capital e Vernalha Pereira.

O evento teve ainda apoio da Abar (Associação Brasileira de Agências Reguladoras), Justen, Pereira Oliveira & Talamini Advogados, Manesco Advogados e Tigre, além de apoio institucional da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, do IDP e do Instituto de Engenharia.

CEOs avaliam o caminho percorrido e as perspectivas

“Temos muito ainda a evoluir e contribuir”, concluem os executivos do setor



“Vivemos um momento muito feliz. Trabalhei a vida inteira acreditando que a gente poderia chegar aonde chegamos agora, com essa união de esforços para a universalização”, disse o presidente do Conselho de Administração da ABCON, Rogério Tavares, na abertura do Conexões Saneamento.

Foi com esse clima de um longo caminho percorrido e expectativas positivas que o evento reuniu, no painel sobre Cinco Anos do Marco Legal e em outras mesas, alguns dos principais executivos do setor.

Outro dirigente com grande bagagem no saneamento, Paulo Roberto de Oliveira, CEO do grupo GS Inima Brasil, compartilhou do otimismo que foi o tom do Conexões. “Todos os projetos que estão indo ao mercado estão tendo sucesso. Com isso, os reflexos no setor são perceptíveis. Temos, inclusive, uma alta demanda por mão-de-obra qualificada”, disse ele.

CEO da Nova Sabesp, Carlos Piani contou que os primeiros resultados da empresa após a desestatização são animadores. A companhia reafirmou seu objetivo de antecipar a universalização no estado de São Paulo para 2029, com a contratação já definida de boa parte das obras (logo no início da nova gestão, em outubro passado, cerca de R\$ 15 bilhões em obras foram contratados).

Por outro lado, Piani enxerga desafios à frente, como a inflação e os juros elevados, que elevam em demasia o custo de capital necessário para cumprir as metas impostas pelo marco legal. “A atual taxa de juros custa hoje à Sabesp algo em torno de R\$ 400 a R\$ 500 milhões por ano”, relatou ele.

A diretora de relações institucionais da Aegea, Andréa Haggström, lembrou dados do último Panorama da ABCON para testemunhar os avanços já proporcionados pelo marco legal do saneamento. “77% dos municípios do Nordeste, por exemplo, já contam com universalização contratualizada”, ela destacou.

“O marco legal trouxe um cenário propício para a nossa expansão, com mais segurança jurídica”, concluiu Paulo Roberto, da GS Inima.

Antes do encontro com os CEOs das concessionárias privadas, houve espaço para a exposição de um exemplo de sucesso entre companhias públicas. Presidente da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal), Luís Antônio Almeida Reis contou que o Distrito Federal já alcançou a universalização dos serviços de saneamento e está com R\$ 4 bilhões em investimentos programados para os próximos cinco anos.

Minas Gerais prepara leilão

Presidente da Copasa expõe o cenário heterogêneo do saneamento no estado e aposta em PPP para o Vale do Jequitinhonha



Fernando: desafio é levar saneamento a todos em um estado com diferentes realidades

Diante da diversidade e das condições geográficas do estado, Minas Gerais deverá adotar um apanhado de estratégias diversas para alcançar a universalização de água e esgoto. Entre elas, está a parceria com a iniciativa privada, que deve ser inaugurada com o leilão dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no norte mineiro, já em fase de consulta pública. “Entendemos que, para acelerar investimentos na região, a melhor alternativa é a PPP”, esclarece o presidente da Copasa, Fernando Passalio, que participou do painel sobre cinco anos de marco legal no Conexões Saneamento.

A PPP Águas do Vale seguirá em consulta pública até o dia 6 de dezembro. Enquanto isso, a Copasa acelera em outras frentes. “Hoje, a companhia está com bons fundamentos econômicos e possui crédito, o que tem sido um aliado para conseguirmos boas taxas no mer-

cado. A capacidade de execução de Capex da empresa aumentou muito. Com a nova situação de investimentos trazida pelo marco legal, a ampliação de aplicação de recursos tem se multiplicado. Em Minas Gerais, já temos dificuldade com a burocracia em projetos e também há uma corrida para encontrar fornecedores”, relatou Fernando.

A secretária de meio ambiente e desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, Marília Melo, também esteve no Conexões e explorou um pouco mais a questão da morosidade na aprovação de projetos, mais precisamente no que se refere ao licenciamento ambiental.

Segundo ela, o modelo de licenciamento adotado em Minas já é considerado mais racionalizado e vem sendo aperfeiçoado com a participação do Ministério Público e parcerias com o terceiro setor. “Isso tem permitido maior eficiência sem perder a segurança jurídica e ambiental”, completou.



Marília Melo: é possível conciliar eficiência com respeito ao meio ambiente

“O ciclo de investimentos no saneamento está apenas começando”

Painel sobre financiamento no Conexões trouxe visões otimistas para a sustentabilidade do setor

Fotos: Gabriel Mesquita



Felipe, do BNDES: diferenças regionais são desafios



Fernando, do IFC: tarifas precisam garantir sustentabilidade aos contratos

Em que pesem alguns obstáculos a serem contornados, o cenário para a expansão de investimentos até a universalização do saneamento permanece muito convidativo para a iniciativa privada.

Essa é a conclusão dos especialistas que estiveram no Conexões Saneamento para falar sobre a tomada de recursos das empresas no mercado de capitais e outros assuntos que afetam as finanças das operações. O principal painel sobre o tema foi sobre “Financiamento Sustentável”, mas houve também intervenções importantes na mesa que tratou de parcerias estratégicas.

Segundo números do Panorama 25 da ABCON, entre 2020 e 2023, foram investidos R\$ 84 bilhões. Do marco legal até 2025, houve 60 leilões, que

definiram R\$ 181,6 bilhões em contratos, investimentos que devem atingir 74 milhões de pessoas, direta ou indiretamente.

“São números que impressionam, mas o atual ciclo de investimentos no saneamento, na verdade, está apenas co-

meçando”, afirmou o superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim. Ele lembra que persistem dificuldades pontuais, inclusive na estruturação de projetos, atividade em que o BNDES tem se destacado. “Atrair players para todas as regiões, inclusive as que num primeiro momento



Marcelo, do Itaú BBA: há uma avenida de oportunidades no saneamento

possam ser consideradas não tão sedutoras para o investidor privado, é um desafio da estruturação”, comenta ele.

“É preciso entender que as características dos projetos de saneamento são diferentes, com custo inicial maior”, explica Walter Baère, diretor jurídico e outro representante do BNDES no Conexões. De acordo com Baère, o banco já modelou R\$ 84 bilhões em Capex (despesas de capital) para o setor.

Borim detalha que, nos últimos três anos, esses financiamentos superaram os R\$ 45 bilhões, dos quais entre 70% a 80% foram realizados por meio de debêntures de infraestrutura. No momento, há nove projetos modelados pelo BNDES em andamento, como a concessão dos serviços de água e esgoto de Porto Alegre (RS), com leilão previsto para 2027. E o banco conta com instrumentos como as debêntures em suas estruturas.

“Posso testemunhar a importância do BNDES no amadurecimento do setor, dessa grande transformação ocorrida nos últimos anos



Manuela, do Itaú BBA: bons projetos atraem financiamentos

no saneamento. E entendo que precisamos de uma coalização de forças para manter esse processo, com o BNDES representando o financiamento público, os organismos internacionais e os bancos privados”, ponderou a mediadora do painel de financiamento, a diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Águas do Brasil, Marilene Ramos.

Nessa equação, uma certeza: o mercado de capitais já trouxe o saneamento para o radar. Quem relata é o diretor-gerente de projetos do Itaú BBA, Marcelo Girão Carneiro. “Os projetos do setor são bem estruturados, o que é fundamental para manter a dinâmica positiva. Outro fator importante é a segurança jurídica, e estamos vendo que as normas de referências estão sendo feitas, enquanto as agências se fortalecem. O mercado finan-

ceiro enxerga o saneamento como uma avenida de oportunidades de investimento e confia no que foi feito até agora”, atestou o executivo.

Especialista de infraestrutura na mesma instituição, Manuela Carmona disse que o Itaú BBA está entusiasmado com o saneamento. “Se tivermos bons projetos, não haverá problema de financiamento”, afirmou ela.

A experiência dos organismos internacionais foi relatada por Fernando Camacho, investment officer do IFC (International Finance Corporation) do Banco Mundial. “As concessões de saneamento no Brasil hoje avançam em regiões onde o histórico de investimentos era escasso, como o Norte e o Nordeste”, lembra ele. Na sua opinião, dois pontos são fundamentais para garantir novos avanços: a segurança regulatória dos contratos e a questão tarifária. Fernando defende que seja preservada a sustentabilidade da tarifa nos contratos.



Walter, do BNDES: banco já modelou R\$ 84 bi em Capex

Segurança jurídica e regulação precisam ser fortalecidas

ANA e agências infranacionais convivem com desafios para fazer frente ao novo cenário imposto pelo marco legal

A agenda da regulação do saneamento sob os moldes do marco legal está avançando, mas o caminho a ser percorrido nessa área – um dos fundamentos da segurança jurídica para a iniciativa privada investir no setor – ainda é longo. Essa é uma das principais conclusões dos encontros sobre o tema realizados no Conexões Saneamento 25.

Confirmando essa visão, a consultora jurídica do Ministério das Cidades, Fernanda Rodrigues de Moraes, defende que afastar o risco regulatório é essencial, inclusive por parte da gestão pública. “O governo está atento a seu papel nesse cenário, com a disposição de prestar apoio técnico a estados e municípios”, disse ela, durante sua participação no evento.

Esse mesmo espírito de atenção às questões que afetam diretamente a regulação é um dos pilares de atuação da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). O Conexões contou com dois representantes da agência, em momentos distintos da programação.

Desde que assumiu novas funções a partir da Lei 14.026/20 e passou a ser responsável pela edição das normas de referência do setor, a ANA já publicou 12 desses documentos, e outros estão sendo preparados. Além dessa agenda, o órgão vem realizando um esforço de conscientização e adesão às NRs entre as agências subnacionais, enquanto outros assuntos podem vir a ser incorporados ao seu escopo de atuação, como as câmaras de arbitragem. Há, na verdade, muito trabalho ainda pela frente no sentido de fortalecer o atual estágio da regulação do saneamento no país.

“Hoje temos 107 agências reguladoras infranacionais e, de modo geral, elas não estão ca-



Fernanda, do Ministério das Cidades: governo cumprirá seu papel

pacitadas a acompanhar a complexidade das demandas de regulação, considerando que a estrutura para tanto envolve ter um corpo técnico especializado, que consiga acompanhar as peculiaridades de contrato e realizar fiscalização efetivas de como estão sendo prestados os serviços”, analisou o então diretor interino da ANA, Nazareno Marques.

A estimativa da ANA é que cerca de 20 agências no país estejam em conformidade com os requisitos de governança e, portanto, em condições de fazer frente aos desafios impostos pelo aumento da participação privada no saneamento básico.

Ainda no Conexões, as agências infranacionais contaram como estão se qualificando para atuar na nova realidade regulatória do saneamento. O procurador-geral da Agenesra (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), Marcus Vinícius Barbosa, disse que o grande desafio regulatório dos últimos quatro anos tem sido estruturar uma regulação adequada às demandas do novo marco legal.

Na prática, a Agenesra já convive com conflitos entre concessionárias e poder concedente, mas todo o esforço no sentido de alcançar um entendimento está sendo feito, sem perder de vista o que já foi conquistado no Rio de Janeiro após o leilão da Cedae, em 2021.

“Antes, 35% da população no estado não tinha acesso à rede de esgoto. Com o marco legal do Saneamento Básico, houve a contratualização da universalização do serviço até 2033”, lembra Marcus Vinícius.

Governança – Na abertura do Conexões, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) falou sobre a importância de se fortalecer a governança das



Vinicius: falta de autonomia das agências preocupa

agências reguladoras, em todos os setores da infraestrutura. Essa é também a preocupação do presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências Reguladoras), Vinícius Benevides.

“A falta de autonomia administrativa e financeira das agências de regulação preocupa. É uma realidade díspar. Enquanto algumas possuem alto nível de capacitação, outras enfrentam questões orçamentárias que as impedem de contratar pessoal e avançar”, analisa ele.

Presidente executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto reforçou o papel de destaque das agências reguladoras no acompanhamento do processo de universalização. “É a regulação estipula os critérios do nível de operação e expansão do serviço”, resume ela.

Para cumprir essa função, as agências reguladoras devem ter atuação efetiva, imparcial e neutra, acrescenta o advogado Marçal Justen, da Justen, Pereira, Oliveira & Talamini. “Elas exercem posições jurídicas que devem ser protegidas. Sem a atuação efetiva das agências reguladoras, não teremos segurança jurídica”, finalizou.



Nazareno: a ANA está preparada para expandir sua agenda

Câmaras de arbitragem serão uma realidade

“As câmaras de arbitragem no saneamento entrarão em vigor, e a ANA está disponível para esse tipo de atuação.”

A afirmação é do procurador-chefe da ANA, Davi Pereira Alves. Ele reforça que em casos de conflitos entre o prestador do serviço e alguma agência infranacional relacionados às normas de referência editadas pela ANA, esta possui não apenas o conhecimento necessário para exercer o papel de árbitro, como também é parte interessada na solução.

A ANA já possui inclusive uma câmara de solução de controvérsias, a Compór. “Com essa estrutura, teremos condições de oferecer um ambiente técnico apropriado, seguro juridicamente e com suporte de outros órgãos jurídicos, caso seja necessário”, explica o procurador.

Diretor da agência reguladora Ares PCJ (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), Carlos Roberto de Oliveira trouxe o relato sobre alguns problemas regulatórios enfrentados recentemente. Ele defende que a autonomia das agências seja preservada, independente da possibilidade de se usar o mecanismo



Davi: conflitos demandarão estruturas especializadas para alcançar a conciliação

das câmaras de arbitragem. “É preciso que, ao final da discussão sobre cláusulas contratuais, as decisões técnicas a prevalecerem sejam sempre as do ente regulador”, afirma.

“Cláusulas bem definidas de arbitragem devem ser estabelecidas logo de início. Elas serão tão importantes quanto a boa definição dos próprios contratos de concessão”, afirma o advogado Matheus Teodoro Ramsey, ex-presidente da Arce (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará). “Assim se afasta o risco da re-regulação”, completa.

Uma nova visão dos contratos de parceria

Ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Antonio Anastasia defendeu no Conexões Saneamento uma nova visão sobre contratos de parceria para ampliar a segurança jurídica e acelerar os investimentos necessários à universalização. Para ele, como aliado desse esforço, o parceiro privado precisa ter reconhecimento legal de suas atribuições. “O próprio TCU passou a admitir que estamos diante de um quadro novo e a entender que esses contratos precisam ser objeto de atenção especial”, relata ele.

Especialista no tema, o advogado Matheus Teodoro Ramsey aponta que está em curso no Brasil uma mudança nas práticas regulatórias. Elas estão deixando a ‘hard regulation’ para adotar a ‘soft regulation’, onde o agente regulador é visto apenas como fiscalizador e punidor, mas também como um parceiro dos entes privados, ou seja, as empresas concessionárias. “Essa mudança visa uma regulação mais eficiente, com adaptabilidade, que não necessariamente será uma regulação punitivista. Ela exige uma abordagem transversal, que atravessa várias esferas públicas”, completa ele.

Antecipando o futuro: os próximos cinco anos



Mesa com autoridades que encerrou o evento: opiniões convergem para o fortalecimento de parcerias no setor

O que se aguarda em termos de novos avanços para o saneamento nos próximos anos? Vamos prosseguir com o atual ciclo virtuoso de novas concessões com metas contratualizadas? Obstáculos como o impacto da reforma tributária e a lei de licenciamento ambiental poderão tornar mais difícil o caminho da universalização? E o que dizer de desafios mais imediatos, como a qualificação de mão de obra para a execução dos mais de R\$ 180 bilhões em investimentos já contratados? Esses foram alguns aspectos postos à mesa no Conexões 25.

Entre as perspectivas traçadas, uma certeza permeia o debate sobre o futuro do setor: o saneamento não pode perder de vista o horizonte de universalização estabelecido pelo marco legal. “Temos essa lei recente, de 2020, e ela se ampara numa visão moderna, em que o parceiro privado deixar de ser apenas um simples contratado do Estado para prestar o serviço e se estabelece como um aliado, que precisa de segurança jurídica para investir”, disse o ministro do TCU, Antonio Anastasia.



Senador Alan Rick: fortalecendo o diálogo a partir do Congresso

O senador Alan Rick (União Brasil-AC) tocou em outro assunto que hoje permanece crítico para o setor (e que está sendo discutido no Congresso). Ele sustenta que o licenciamento ambien-

tal no saneamento precisa seguir o princípio da racionalidade. “Uma estação de tratamento, que, na verdade, mitiga o dano ambiental, aguarda anos pela liberação da obra. Enquanto isso, o esgoto continua sendo despejado sem tratamento nos mananciais. Isso não é razoável. Sofrem a população, o meio ambiente e a saúde pública”, argumenta ele.

“Precisamos construir o diálogo com o governo para a derrubada do veto à simplificação do licenciamento ambiental para o saneamento. Será um gesto a favor da racionalidade”, defendeu o senador, autor da emenda 219, que permitia a dispensa temporária de licenciamento às concessionárias de água e esgoto até que elas tivessem atingido as metas previstas pelo marco legal.

Outro avanço aguardado pelo setor no Congresso é a aprovação do PL da Nova Lei de Concessões e PPPs, relatado pelo deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que também esteve no Conexões. “A nova lei traz modernizações importantes na lei de concessões e será um instrumento, inclusive, para consolidar o marco legal do saneamento”, afirmou o parlamentar.



Deputado Arnaldo Jardim: modernizações na lei de concessões

O deputado também destacou assuntos que precisam ser solucionados tanto no Legislativo, como a questão dos impostos que incidem no setor com a reforma tributária, quanto no Executivo, como a taxa de debêntures incentivadas na MP 1.303. “O governo precisa encontrar outra solução para cobrir o déficit fiscal”, opinou ele.



A visão dos associados

“O Conexões demonstrou a consolidação de uma nova era no saneamento, pós-marco legal, com avanços em investimentos. Fica claro que uma nova realidade está sendo construída, passo a passo, no setor. Foi também uma demonstração de liderança da ABCON em torno de princípios que estão norteando o saneamento no Brasil.”

João Paulo Papa, da diretoria de relações governamentais da Sabesp

“Passamos no Conexões por todos os temas pertinentes à realidade do saneamento, da reforma tributária à tarifa social. A programação teve a participação de todos os atores e entes do setor, poder concedente, Legislativo, Judiciário, empresas. Foi uma oportunidade excelente. Que essa iniciativa da ABCON repercuta e tenhamos em breve outros eventos assim pela frente!”

Giuliano Dragone, diretor de desenvolvimento de novos negócios, relações institucionais e sustentabilidade da GS Inima Brasil

“Esse encontro foi muito especial porque reuniu, pela primeira vez, representantes dos três Poderes para um diálogo sobre o futuro do saneamento. Foi um momento importante para reforçar o papel estratégico do setor, relembrar os avanços conquistados desde o marco legal, que já completa cinco anos, e também refletir sobre os desafios que ainda precisamos vencer para chegar à universalização. Tivemos discussões de altíssimo nível, que mostram a maturidade do setor e a relevância cada vez maior do saneamento na agenda do país”



Marilene Ramos, diretora de relações institucionais e sustentabilidade do grupo Águas do Brasil

“O evento foi um sucesso, não só pela qualidade técnica dos expositores, como também pela relevância dos temas. O Conexões mostrou que a jornada para a universalização do saneamento ainda tem um longo caminho pela frente, com a harmonização da regulação. São desafios que exigem uma presença cada vez maior da ABCON como representante do setor. Espero que venham ainda muitos outros Conexões Saneamento em Brasília”



Andrea Häggström, diretora de Relações Institucionais da Aegea

“Foi um evento muito bem-organizado, que trouxe um conteúdo focado e providencial para quem atua no saneamento. Em função da velocidade das mudanças no setor, é preciso que a gente tenha sempre novas iniciativas como essa da ABCON”

Cláudio Alonso, da Terracom Saneamento

Revisão do marco ambiental em debate

Os vetos do Executivo ao marco do licenciamento ambiental precisam ser rediscutidos.



Crédito: Kayo Magalhães - Câmara dos Deputados

Uma das audiências públicas em Brasília que antecederam a votação: setor defende revisão para não prejudicar o esforço de universalização em todo o país

A opinião acima é da secretária de meio ambiente e desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, Marília Melo, que falou durante o Conexões 25. Instada pelo jornalista Daniel Rittner, mediador da mesa em que Marília participava, a secretária assinalou vários pontos importantes sobre a retirada por parte do Governo Federal de dispositivos que favoreciam a celeridade da universalização do saneamento, constantes do texto-base da nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental, aprovada anteriormente pelo Congresso e submetida à sanção presidencial.

Nos termos validados em plenário, a lei considera o saneamento uma exceção às regras gerais estabelecidas para diversos setores, permitindo que os empreendimentos dessa atividade sejam dispensados de licenciamento ambiental até que atinjam as metas de universalização.

“O modelo de licenciamento brasileiro tem dificultado a implementação de alguns empreendimentos, inclusive no saneamento, o que é um contrassenso, uma vez que o tratamento de esgoto tem impacto ambiental positivo.

É preciso rediscutir algumas normas sob o ponto de vista da universalização, abrindo a possibilidade para estudos simplificados e o licenciamento concomitante ao início da operação. Incentivar o saneamento é fundamental”, disse a secretária.

“Obviamente, dispensa de licenciamento não significa deixar de seguir as exigências das normas ambientais. É preciso observar e considerar todas as tecnologias disponíveis, como o reuso de água”, completou.

Cuiabá alcança universalização

Capital matogrossense já conta com 91% de cobertura em esgotamento sanitário



Instalações da Águas Cuiabá: dez novas elevatórias foram construídas no ano passado

O mapa do saneamento universalizado no Brasil ganhou no ano passado mais uma cidade importante. De 2017 a 2024, a concessionária Águas Cuiabá investiu R\$ 753 milhões na expansão da rede de saneamento, com a instalação de 510 km de tubulações de esgoto. Como resultado, em abril de 2024, a capital matogrossense alcançou a universalização de esgotamento sanitário, chegando a 91% de cobertura.

Apenas em 2024, a concessionária construiu dez estações elevatórias de esgoto e descomissionou 14 fossas. Como reflexo, 14 toneladas diárias de carga orgânica deixaram de ser lançadas nos rios Cuiabá e Coxipó, contribuindo significativamente para a conservação ambiental.

A Águas Cuiabá também cen-

trou esforços para conscientizar a população quanto à necessidade de interligar o imóvel à rede pública de esgoto e lançou o programa Interligue Já — uma parceria com Poder Judiciário, Ministério Público, Prefeitura e Agência Reguladora. A iniciativa busca facilitar a conexão à rede coletora por meio de mutirões de conciliação e ações educativas, além de promover a capacitação de profissionais para realizar as obras.

Desde o lançamento do Interligue Já, em junho de 2024, dois mutirões foram realizados, resultando em 401 audiências de conciliação. Ao esclarecer o usuário quanto à obrigatoriedade de realizar a conexão da sua rede interna à rede pública de coleta de esgoto, de acordo com o artigo nº 45 da Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007, alte-

rada pela Lei 14.026/2020), o programa contribui para completar o ciclo sustentável do saneamento.

Em maio deste ano, a Águas Cuiabá iniciou as obras da estação de tratamento de esgoto Sul, que atenderá 20 bairros da região Sul da capital matogrossense e terá capacidade inicial para tratar 60 litros de esgoto por segundo, beneficiando diretamente cerca de 42 mil pessoas na primeira etapa. No total, serão contempladas mais de 12.500 economias, entre residências e comércios.

A nova ETE será equipada com a tecnologia Moving Bed Biofilm Reactor, um sistema que utiliza biomédias móveis, estruturas que otimizam a degradação da matéria orgânica. A previsão é que as obras sejam concluídas em 2026.

Barcarena antecipa metas e comunidade agradece

Universalização chega dez anos antes do previsto na cidade paraense



Concessionária Águas de São Francisco acelera obras

Em Barcarena, município da Região Metropolitana de Belém, a concessionária Águas de São Francisco está antecipando em quase dez anos as metas do Marco Legal do Saneamento. Até novembro de 2025, cerca de 120 mil pessoas terão acesso integral a água tratada e coleta e tratamento de esgoto, fazendo de Barcarena uma das pioneiras na Região Norte a universalizar o saneamento – marco que vai ao encontro da realização da COP30 em Belém.

O plano envolve R\$ 228 milhões em investimentos, com a implantação de mais de 110 km

de novas redes de água, 228 km de redes de esgoto, quatro novas estações de tratamento de esgoto, ampliações de duas já existentes e melhorias em duas estações de tratamento de água. O pacote inclui ainda 39 novas estações elevatórias de esgoto, reforçando a infraestrutura local.

Além de obras estruturantes, a concessionária prioriza a inclusão sanitária em suas operações, viabilizando o acesso através de soluções inovadoras. Programas como a Tarifa 10, lançada em Barcarena em 2024, garantem que famílias em situação de extrema vul-

nerabilidade paguem apenas R\$ 10 por mês pelos serviços de água e esgoto. Hoje, já são 1.250 moradores beneficiados, além de outros 12 mil contemplados pela Tarifa Social. Essas iniciativas asseguram que o avanço da infraestrutura caminhe junto com a equidade no acesso.

Essas ações em Barcarena mostram que o saneamento emprega uma grande transformação socioambiental: mais saúde, dignidade e oportunidades para a população local, com um legado que dialoga com os compromissos globais da justiça climática e sustentabilidade.

Teresópolis terá finalmente coleta e tratamento de esgoto

Com metas contratadas, cidade faz jus à sua história também no saneamento

A concessionária Águas da Imperatriz tem intensificado os investimentos na expansão do sistema de abastecimento de água e implantação da rede coletora de esgoto em Teresópolis. Nos últimos meses, diversas obras foram realizadas em bairros e comunidades que há décadas enfrentavam dificuldades no acesso à água tratada.

Entre as intervenções, estão a extensão de redes - com implantação de mais de 2,2 km -, substituição de tubulações antigas, oferta de ligações com descontos de até 100% e inclusão de famílias no programa de Tarifa Social. Além das obras, a concessionária mantém parcerias com associações de moradores e lideranças comunitárias, garantindo atendimento humanizado e priorizando famílias em situação de vulnerabilidade.

“Essas ações reiteram o compromisso da Águas da Imperatriz que vem investindo em infraestrutura para melhorar e ampliar a cobertura do abastecimento de água na cidade, levando mais qualidade de vida aos moradores”, destacou o gerente de Operações, Neylton Maluf.

A concessionária reforça que obras como as realizadas em Teresópolis já beneficiaram mais de 740 famílias, que agora têm acesso à água tratada. Ao todo, foram investidos R\$ 20 milhões no Sistema de Abastecimento de Água do município.



Obras da ETE, equipamento fundamental para atender metas na cidade

Desde janeiro de 2024, mais de 12 mil hidrômetros foram substituídos. A concessionária também conta com um moderno Centro de Controle Operacional (CCO) que monitora o abastecimento de águas 24 horas em diversos bairros da cidade.

Em julho deste ano, Águas da Imperatriz iniciou as obras da primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em Teresópolis, no bairro Cascata do Imbuí. A unidade atenderá 45 bairros da cidade, beneficiando 115 mil moradores.

A unidade terá capacidade para tratar 25,9 milhões de litros de esgoto por dia, com tecnologia de última geração e elevado nível de automação, maior eficiência na remoção de nutrientes que não gera ruídos e odores. Ela se destaca por não precisar de produtos químicos, reduzindo o con-

sumo de energia e ocupando menos espaço em comparação com sistemas tradicionais de tratamento de esgoto.

Atualmente, Teresópolis não tem um sistema de coleta e tratamento de esgoto e grande parte é despejado diretamente nos rios, principalmente no Rio Paquequer. Isso não só prejudica o meio ambiente como também causa mau cheiro e coloca em risco a saúde da população, aumentando a incidência de doenças de veiculação hídrica.

“Tratar esgoto é cuidar da saúde, da qualidade de vida e do meio ambiente. Estamos investindo em valorização e desenvolvimento da infraestrutura urbana. O início das obras da ETE também irá gerar empregos diretos e indiretos no município”, destacou o superintendente da concessionária, Jackson Pires.

Sabesp marca presença no The Town 2025

Espaço interativo no festival reforçou mensagens da companhia

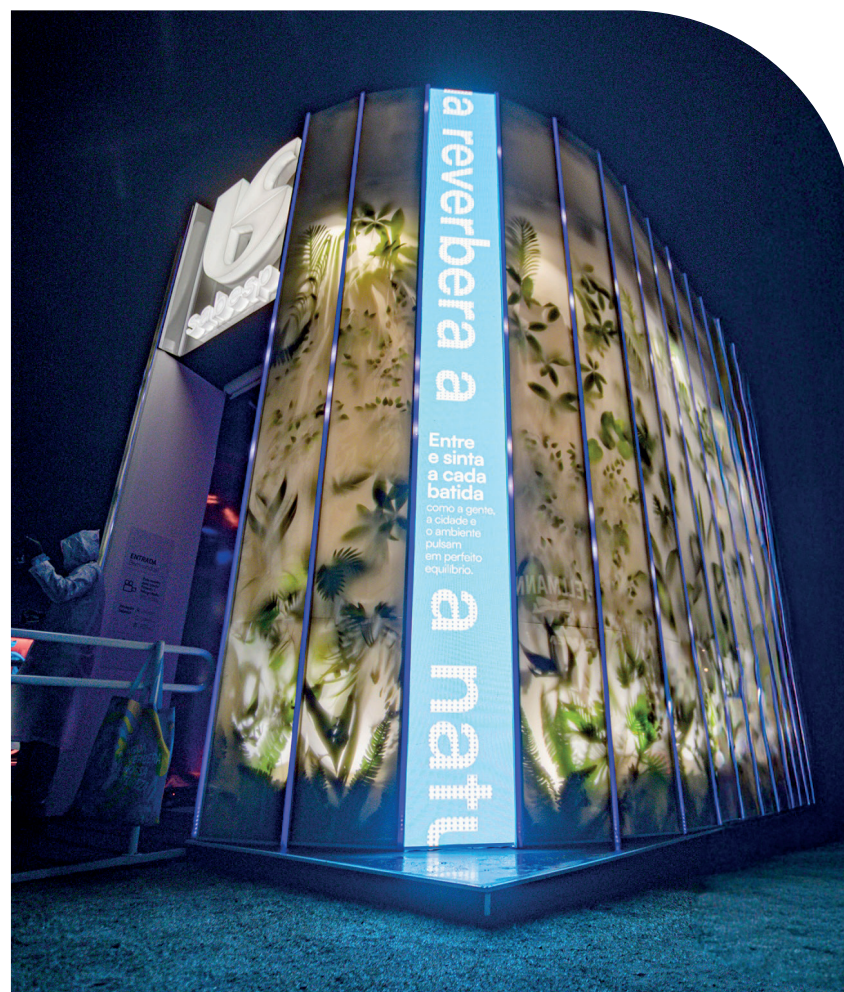
Música e saneamento: a Sabesp levou sua marca ao festival The Town 2025.

Realizado no autódromo de Interlagos, em São Paulo, o evento foi uma vitrine para experiências sensoriais. No espaço interativo da Sabesp, os visitantes puderam reproduzir sons a partir de canos interativos. Efeitos visuais de água reverberavam nas paredes, com o mote: “A água, quando se junta com a música, reverbera a nossa essência”.

A instalação interativa “A água reverbera a nossa natureza” traduziu o compromisso da companhia com a universalização do saneamento em São Paulo (a Sabesp levará água e esgoto tratado para toda a população atendida até 2029).

A empresa fez ainda a coleta e tratamento de todo o esgoto gerado durante os dias de festival. O material coletado foi encaminhado à Estação de Tratamento de Esgoto de Barueri.

Paralelamente ao festival, a Sabesp criou a ação The Shower, em cabines instaladas nos shoppings Eldorado e no Parque do Ibirapuera. Nelas, os visitantes podiam “soltar a voz” ao entrar em um ambiente que simulava um chuveiro. Para que não houvesse desperdício, as cabines



Espaços interativos fizeram parte do espetáculo

foram projetadas com simuladores sem água. Ao final da apresentação, o participante recebia um vídeo personalizado para postar nas redes e ganhava um brinde exclusivo da Sabesp.

“Queríamos mostrar ao público, de maneira lúdica e

interativa, a importância da água e do saneamento básico. Além disso, pudemos manter o público hidratado, com acesso à água potável em diversos pontos do festival”, explica Samanta Souza, diretora-executiva de relações institucionais e sustentabilidade da Sabesp.

Projeto beneficia população do entorno da CSJ em Jundiaí

Casa da Fonte proporciona atendimento a crianças e adolescentes e geração de renda

Ao longo dessas duas décadas, milhares de crianças, adolescentes e seus familiares receberam acolhimento, formação e o apoio necessário para descobrirem seus talentos e acreditarem no seu potencial.

Maria Cristina Castilho de Andrade, coordenadora da Casa da Fonte, explica que o projeto atua em três frentes principais: atendimento a crianças e adolescentes, geração de renda e atendimento à comunidade por meio do serviço social. “Nós estamos localizados em um terreno anexo à CSJ, em um espaço cuidadosamente pensado para acolher nossos assistidos com muito carinho e cuidado”, destaca.

Com o suporte de uma equipe técnica experiente e dedicada aos objetivos do projeto, atualmente são atendidas mensalmente mais de 200 crianças e adolescentes, que no contraturno escolar contam com atividades de reforço, têm acesso a esportes, cultura, oficina de emoção com a psicóloga e, na escola, são acompanhados por uma pedagoga que presta serviços na entidade. O espaço do brincar completa a proposta, favorecendo o desenvolvimento integral. “Aqui eles encontram acolhimento



Comunidade atendida alcança centenas de crianças, jovens e adultos

sem julgamento e constatam que há um lugar para eles e que sua vida importa”, completa.

Além disso, cerca de 100 jovens e adultos participam, todos os meses, dos cursos de geração de renda, que permitem a inserção no mercado de trabalho, bem como possibilitam exercer uma atividade remunerada sem sair de casa, com a flexibilidade de horários que muitas famílias demandam. Para completar, o Serviço Social oferece apoio e orientação para perto de 500

atendimentos mensais em diversas situações, além de organizar a entrega de doações de alimentos e roupas, entre outras iniciativas.

“São 20 anos desde a criação deste projeto tão importante para a população do entorno da Companhia Saneamento de Jundiaí. Seguimos patrocinando e caminhando juntos, na certeza de que a Casa da Fonte proporciona oportunidades de crescimento para nossa comunidade”, finaliza Luiz Pannuti, diretor presidente da CSJ.

Debênture incentivada ganha espaço no saneamento

Levantamento realizado pela ABCON mostra que papel lidera entre as fontes de recursos para o setor investir

Derrubada em outubro no plenário da Câmara dos Deputados, a MP 1.303 deixou de vigorar. Entre outras propostas do texto original da MP estava a tributação de 5% sobre as debêntures incentivadas, hoje isentas. O setor de saneamento levou ao governo sua preocupação com o impacto daquela mudança, uma vez as debêntures incentivadas são cada vez mais utilizadas como instrumentos de captação de recursos para novos investimentos na expansão dos sistemas de água e esgoto.

Diante da volta da discussão sobre o assunto, a ABCON preparou um breve estudo sobre a importância das debêntures incentivadas no saneamento. Desde o marco legal do setor, em 2020, elas têm se consolidado como instrumentos financeiros centrais para as empresas, justamente por estarem alinhadas às especificidades econômicas dos projetos da área.

“Trata-se de um setor que demanda aportes expressivos de capex, com obras de grande porte e longa maturação, cujo retorno financeiro é diluído ao

longo de décadas. Além disso, o ambiente macroeconômico, com taxas de juros elevadas, torna a captação de recursos ainda mais desafiadora. Nesse contexto, os incentivos fiscais concedidos às debêntures incentivadas foram decisivos para viabilizar emissões de longo prazo e com custo mais competitivo, destravando investimentos em regiões muitas vezes negligenciadas pelo mercado tradicional”, define o documento da ABCON, em sua introdução.

O estudo lembra que, recentemente, a flexibilização da

regra que limitava o uso das debêntures incentivadas para pagamento de outorgas — agora permitido em até 70% do valor total — representou um avanço estratégico.

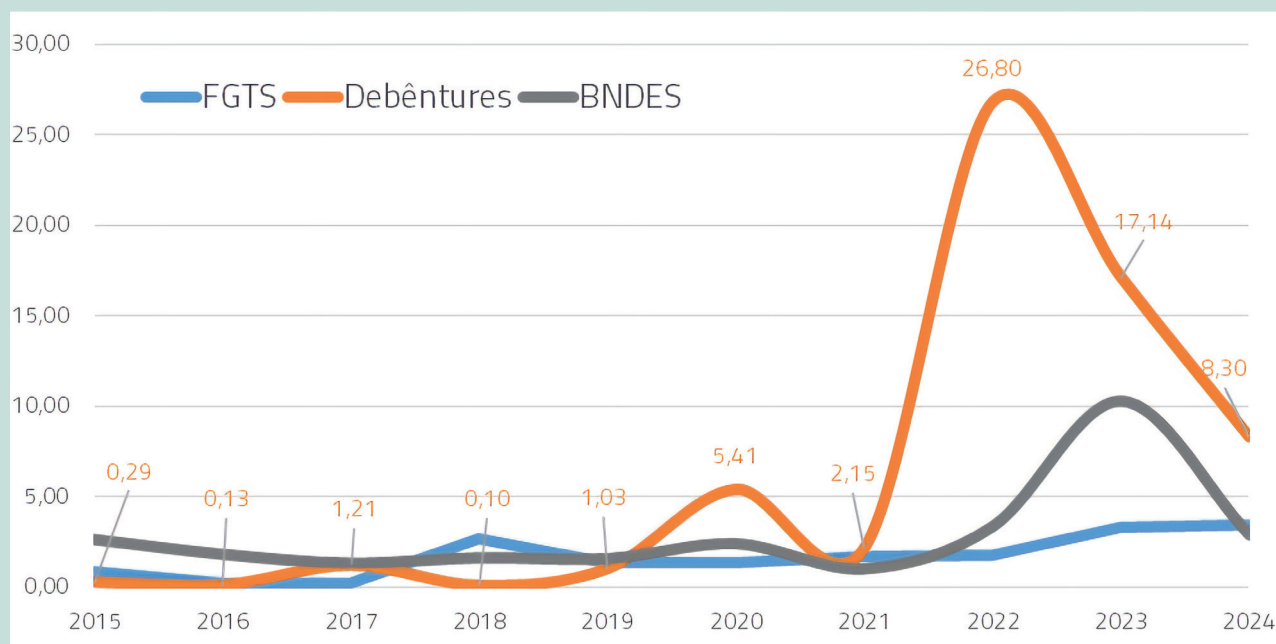
“Essa medida impulsiona a atratividade de novas concessões e amplia a capacidade das empresas em estruturar projetos de grande porte, assegurando o fluxo de investimentos necessários para modernizar e expandir os serviços”, comenta a superintendente técnica da associação, Ilana Ferreira.

Debêntures x FGTS

Desde a aprovação do novo Marco do Saneamento, as debêntures para o setor de saneamento também superaram a soma das duas principais fontes de recursos, notadamente os recursos do FGTS (setor público e setor privado) e do BNDES.

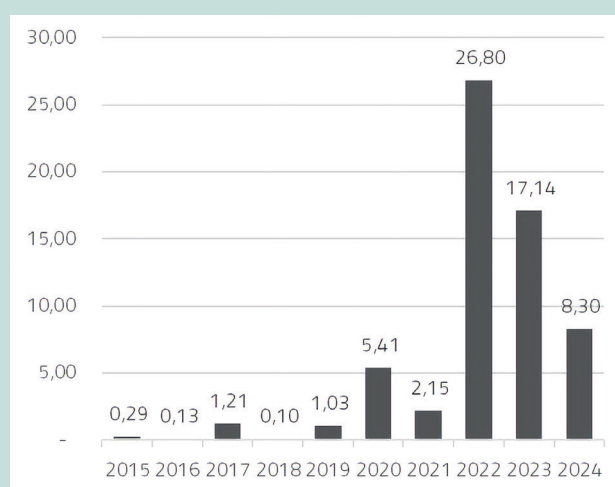
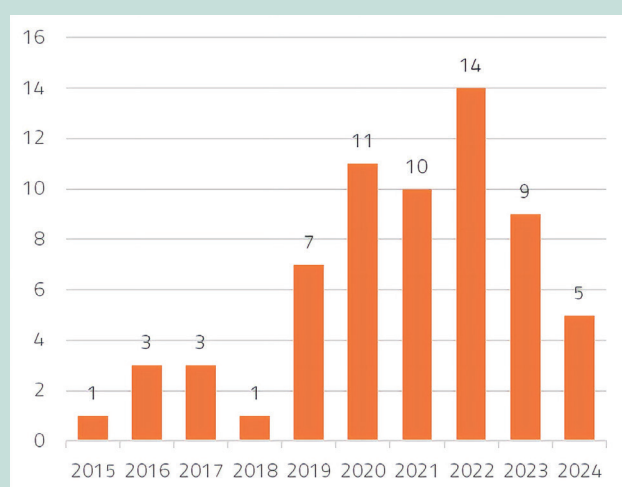
O gráfico a seguir ilustra a reversão recente ocorrida nos recursos destinados ao setor.

INVERSÃO NA LIDERANÇA NO FINANCIAMENTO AO SANEAMENTO: BNDES E FGTS VERSUS DEBÊNTURES, R\$ BILHÕES



Fonte: Elaboração Pezco Economics com dados FGTS, BNDES e ANBIMA.

EMISSIONES DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS EM SANEAMENTO POR ANO (ESQUERDA: NÚMERO DE EMISSÕES; DIREITA: VALOR EM R\$ BI)



Fonte: Elaboração Pezco com dados ANBIMA.

Concessão privada completa seis meses de operação em Sergipe

Em outubro, a Iguá Sergipe completou seis meses à frente da operação de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado nordestino. Nesse período, a concessionária promoveu intervenções em 25 cidades, com destaque para obras emergenciais de abastecimento, melhorias para fortalecer a rede, atendimento à população e iniciativas voltadas à educação socioambiental.

As ações integram o Plano de 100 Dias, que concentrou medidas estratégicas nos primeiros meses de operação para enfrentar pontos críticos, garantir melhorias rápidas na infraestrutura e estabelecer bases sólidas para investimentos de longo prazo.

Antes mesmo de assumir plenamente a operação, a empresa iniciou obras emergenciais em regiões prioritárias, somando 59 km de novas adutoras que beneficiarão aproximadamente 70 mil habitantes. Os trabalhos seguem em ritmo acelerado e têm conclusão prevista para o fim de 2025, com avanço de 58% em Lagoa do Rancho, 44% em Itabaiana, 55% em Riachão do Dantas e 67% em Poço Redondo.

Outro destaque é a realização de interligações de rede, que conectam diferentes trechos do sistema para otimizar a distribuição de água, reduzir perdas e ampliar o alcance do serviço.

Assim, os primeiros 180 dias da Iguá Sergipe combinaram



CCO da Iguá Sergipe: ritmo acelerado nos primeiros 100 dias de operação

avanços em obras estruturais, medidas emergenciais, ações de planejamento estratégico e iniciativas socioambientais, consolidando os pilares da atuação da empresa no estado.

Águas de Teresina emite debêntures

Em comunicado ao mercado, realizado no início de setembro, mais uma concessionária anunciou emissão de debêntures para financiar investimentos em suas operações.

A Águas de Teresina Saneamento informou que vai emitir R\$ 500 milhões em debêntures simples. Será a quinta emissão de debêntures da empresa, a ser realizada em série única. Os recursos serão utilizados na modernização de infraestruturas para gestão de efluentes na capital piauiense, onde a concessionária atua desde 2017.

Os leilões previstos para 2026

Pernambuco

Concessão parcial de saneamento

- Investimento total: R\$ 18,9 bilhões
- Previsão: 4º tri 2025

Rondônia

Concessão plena de saneamento

- Investimento total: R\$ 4,3 bilhões
- Previsão: 1º tri 2026

Goiás

PPP de esgoto

- Investimento total: R\$ 5,8 bilhões
- Previsão: 1º tri 2026

Paraíba

PPP água e de esgoto

- Investimento total: R\$ 5,7 bilhões
- Previsão: 2º tri 2026

Rio Grande do Norte

PPP de esgoto

- Investimento total: R\$ 4 bilhões
- Previsão: 3º tri 2026

Qualificação é demanda do saneamento

Em parceria com a Hydrus, ABCON ofereceu curso sobre contratos de concessão

A geração de empregos está em alta no saneamento. De acordo com o anuário Panorama 25 da ABCON, entre 2019 e 2023 o setor alcançou um crescimento de 20,9% no número de postos formais.

Além disso, a remuneração média entre as empresas cresceu 11,5% em termos reais, em um retrato da demanda por profissionais especializados pelas concessionárias.

Para acelerar a qualificação necessária a esse pessoal, a ABCON buscou uma parceria com o Centro de Capacitação Hydrus e ofereceu, em outubro, um curso inédito para associados e não-associados. Dividido em quatro módulos, o “Ciclo Completo de um Contrato de Concessão de Saneamento” foi ministrado de forma on-line, ao vivo. As aulas privilegiaram orientações práticas e aplicáveis para quem atua ou pretende atuar no setor, cuja expansão motiva a adoção de iniciativas como essa no âmbito da entidade.

“Faz parte de nossa missão fortalecer a qualificação profissional, uma vez que esta se torna fundamental para que as empresas possam incorporar novas tecnologias e prestar a melhor gestão, bases do sucesso da operação das concessionárias privadas em todo o país”, explica a diretora presidente da ABCON, Christianne Dias.

Convidada a desenvolver o curso de acordo com as demandas da entidade, a Hydrus chegou ao Brasil em 2012 e já capacitou 22 mil pessoas. No mundo, a organização já atua há mais de 35 anos.



Um escudo para a vida

O que significa “salvar” um indivíduo a partir do saneamento?

À essa pergunta instigante, o movimento Saneamento Salva responde: salvar uma pessoa por meio do saneamento é como construir um escudo invisível ao redor dela para protegê-la de grande parte das doenças comuns no dia a dia. É garantir que cada gota de água limpa e cada metro de rede de esgoto tratado seja, na prática, uma ponte para a dignidade. Saneamento não é só infraestrutura – é saúde pública, é futuro, é inclusão.

Ao ampliar a consciência sobre esse tema, contribuimos para que mais pessoa

s cobrem e participem da construção de políticas públicas que garantam o acesso a esse serviço essencial. O diferencial da plataforma Saneamento Salva é que ela objetiva atingir o cidadão comum, numa linguagem fácil, trazendo especialistas conhecidos para falar do tema, mas também depoimentos de pessoas comuns que tiveram suas vidas transformadas positivamente pela chegada dos serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos.

“Quando o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário alcança uma casa, uma comunidade, um território, algo essencial acontece: vidas deixam de ser interrompidas por doenças evitáveis, crianças ganham frequência nas escolas, famílias deixam de gastar com remédios e internações,



e a cidadania passa a ser vivida plenamente”, afirma Edison Carlos, integrante do conselho consultivo do Saneamento Salva e presidente do Instituto Aegea. “Ter saneamento é ter o direito de viver com segurança e dignidade. É uma medida concreta de redução de desigualdades. Por isso, dizemos que saneamento salva – porque, de fato, salva: salva tempo, salva oportunidades, salva vidas”, explica.

Os impactos causados por ambientes sem coleta e tratamento de esgoto incluem altos índices de internações por doenças infecciosas, aumento da mortalidade infantil e de idosos, prejuízos ao desenvol-

vimento físico e cognitivo de crianças e perda de produtividade da população adulta. Além disso, a precariedade sanitária sobrecarrega o sistema público de saúde e amplia as desigualdades sociais. Importante dizer que especialmente as diarreias são muito perigosas em neonatais e crianças com até 2 anos, pois é a idade em que o cérebro precisa de muita água por estar formando as conexões neurais responsáveis por muitas funções cerebrais, como o aprendizado e a memória.

Ainda hoje, a prevalência desse quadro no Brasil está ligada à histórica negligência com o saneamento em várias regiões

do país, mais claramente nas áreas com alta vulnerabilidade social. O tema foi considerado secundário nas políticas públicas, muitas vezes ofuscado por outras urgências mais visíveis. Apesar dos avanços recentes, ainda há um déficit expressivo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde milhões de brasileiros vivem sem acesso à água tratada e esgoto coletado e tratado. As áreas urbanas cresceram de forma acelerada, e a estrutura de saneamento básico não é priorizada, mesmo sendo a mais importante para a saúde e qualidade de vida da população. Outros fatores foram decisivos, como investimentos insuficientes ao longo das décadas, crescimento urbano desordenado, baixa cobertura de serviços em áreas periféricas e dificuldades de acesso em regiões remotas, poucas parcerias entre empresas públicas e privadas, entre outros.

“Os impactos da ausência de saneamento não são imediatos nem concentrados - eles se espalham de forma difusa pela saúde, educação e economia, dificultando o entendimento da sua real dimensão. Falta, ainda, uma percepção clara na sociedade de que o saneamento não é apenas infraestrutura, mas uma alavanca fundamental para a saúde pública e o desenvolvimento social. Mesmo diante de dados expressivos, o tema ainda carece de centralidade no debate político e orçamentário. Importante dizer que, mesmo hoje, muitas autoridades e gestores públicos ainda não correlacionam a falta de saneamento de sua cidade com os altos recursos que são gastos na rede de

saúde pública de sua cidade” conclui Edison Carlos.

Para ele, há avanços importantes no setor, como o marco legal do saneamento, que estabelece metas claras para a universalização dos serviços até 2033. No entanto, a consciência plena ainda é limitada. Em parte do poder público, o tema passou a ter maior protagonismo, mas sua priorização nas políticas públicas ainda é desigual entre estados e municípios.

Na sociedade, a percepção da importância do saneamento está mais presente em regiões com cobertura insuficiente, onde os impactos negativos são visíveis. Em áreas já atendidas, o serviço é percebido como dado, o que reduz a mobilização social pelo tema.

A expansão do saneamento como política pública de saúde depende do fortalecimento da regulação, da articulação federativa e da inclusão do tema em campanhas de conscientização e de educação sanitária.

Dentro desse contexto, a plataforma Saneamento Salva atua

para ampliar a consciência sobre a importância de termos água e esgoto tratados para todos, a fim de transformar a realidade de milhões de brasileiros.

Plena cidadania

Quando o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário alcança uma casa, uma comunidade, um território, algo essencial acontece: vidas deixam de ser interrompidas por doenças evitáveis, crianças ganham frequência nas escolas, famílias deixam de gastar com remédios e internações, e a cidadania passa a ser vivida plenamente.

Ter saneamento é ter o direito de viver com segurança e dignidade. É uma medida concreta de redução de desigualdades. Por isso, dizemos que saneamento salva – porque, de fato, salva: salva tempo, salva oportunidades, salva vidas.



STJ confirma entendimento sobre tarifa



Em decisão relatada pela ministra Regina Helena Costa, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) confirmou no dia 4 de setembro o entendimento consolidado desde 2013 no Tema 565 de que a cobrança de tarifa é legítima sempre que houver a execução de alguma fase essencial do esgotamento sanitário, como coleta ou transporte.

Isso significa garantir que as concessionárias tenham a contrapartida da tarifa enquanto realizam as obras de

expansão que vão levar o país a contar com a universalização dos serviços de água e esgoto, conforme determina a Lei 14.026/20, o marco legal do setor. Em resumo, o STF reconhece que o serviço de saneamento é multifásico. Cada etapa entregue, mesmo sem o tratamento final, já constitui valor público mensurável.

A decisão foi vista como fundamental pelo mercado, no sentido de proporcionar segurança jurídico-regulatória

e ainda preservar o impacto social da expansão do saneamento já observado após o marco legal. O assunto era sensível para fortalecer a disposição das empresas em realizar novos investimentos.

O entendimento é que seria inviável cobrar pela tarifa apenas quando toda a infraestrutura de tratamento estivesse pronta. Tal procedimento certamente atrasaria ainda mais a expansão da rede de saneamento em todo o país, num



flagrante confronto com o princípio da universalização.

Outro desdobramento da decisão do STJ foi o efeito de afastar o entendimento de que a cobrança da tarifa de esgoto é condicionada à existência de sistema separador, ou seja, que haja separação nas redes entre o escoamento das águas pluviais e o esgoto. O uso de redes unitárias, que sirvam tanto para uma ou outra finalidade, é prática consagrada inclusive em países desenvolvidos.

Cofaturamento de serviços e tarifa social

Terminou em agosto a consulta pública aberta pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) sobre cofaturamento de serviços. Os subsídios recolhidos serão analisados para a elaboração da NR (norma de referência) que a agência está preparando sobre estrutura tarifária para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em uma consulta pública inicial, realizada entre maio e julho deste ano, a ANA já havia recebido 454 contribuições sobre essa estrutura, incluindo a tarifa social. A garantia de acesso da população de baixa renda à água tratada e esgotamento sanitário está estabelecida desde o ano passado pela Lei 14.898/24, mas o assunto aguarda regulamentação.

Esse impasse foi tema de debate durante o evento Conexões Saneamento, em Brasília. André Oliveira de Araújo, assessor especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) da Presidência da República, disse que existe uma questão de previsibilidade de receita que permeia essa discussão e que pode afetar o finan-



André, do PPI: alternativas para garantir receita

ciamento para o setor. “Receitas precisam ser estáveis e previsíveis; do contrário, ou o financiamento sairá caro ou nem mesmo sairá”, afirmou ele à plateia do evento.

Sobre o cofaturamento, André aponta a cobrança integrada como alternativa para contar com a remuneração do serviço de resíduos sólidos. O serviço seria cobrado na conta de água, em um boleto único. “Se o usuário não pagar o total, terá a água cortada”, explicou ele.

O impacto social da universalização pelo Brasil



Maria Assunção Patrocínio, fundadora do "Restaurante da Criança" e moradora do bairro Recanto da Lagoa, em Pará de Minas (MG)

À frente de um importante trabalho social em sua comunidade, Maria, assim como outros moradores, enfrentava muita dificuldade com o abastecimento de água, até que a concessionária resolveu o problema.

"Muitas vezes, ficávamos acordados de madrugada esperando a água chegar para encher a caixa. Agora, vimos a melhora. Não tivemos mais falta d'água nas caixas. Aquela vida que passamos não dá para repetir nunca mais. Hoje, tenho água na torneira, direto da rua, coloco no filtro e bebo água gelada. E muita gente me falou que, assim como eu, viu uma melhora muito grande."



José Carlos Machado, morador do bairro Alto da Boa Vista, em Maruim (SE)

Armador de ferragens, José não tinha água em casa regularmente antes das obras de extensão de rede, investimentos realizados pela concessionária Iguá Sergipe no município neste mês de setembro. Por conta disso, José precisava economizar água diariamente para atividades domésticas.

"O que posso falar para vocês é que eu moro há cinco anos aqui e a primeira vez que vejo uma benfeitoria foi essa obra. Esse serviço está acontecendo agora. Eu agradeço a concessionária por isso. O abastecimento de água aqui sempre foi assim: hoje tem, amanhã não tem, um dia sim e outro não. Sempre foi um sufoco para gente! Então, essa melhoria é muito esperada."



Edinalva Pereira dos Santos, moradora do povoado Coqueiro Baixo, Lagarto (SE)

Dona de casa, Edinalda não tinha abastecimento com regularidade antes das obras de interligação de rede realizadas no povoado em que reside em Lagarto.

"Nós ficávamos mais de 15 dias sem água, sem poder fazer nossas atividades domésticas. Vivíamos pedindo por água. Depois da concessão, o abastecimento melhorou muito aqui, temos água todo dia para lavar roupa, os pratos e fazer nossas obrigações em casa."

Água em Barcarena

Rosa Maria: dignidade e valorização do imóvel

A transformação na vida das pessoas provocada pela universalização é nítida. Em Barcarena, onde a concessionária local conseguiu atingir esse estágio, a comunidade agradece.

“No começo tem aquela rejeição, o povo fala que não vai colocar esgoto porque a tarifa vai ser cara. Mas tivemos vários benefícios com a saúde pública, e ainda a valorização de imóveis, porque ter acesso à água e tratamento de esgoto valoriza bastante o endereço”, conta Rosa Maria Dias da Silva, presidente da Associação local da Comunidade Luz Divina.

A líder comunitária também destaca que a Águas de São Francisco promoveu reuniões para apresentar os planos de operação à população e palestras de educação ambiental sobre descarte de lixo, riscos do esgoto sem tratamento e doenças de veiculação hídrica. Esse trabalho é realizado por meio do Programa Afluentes, que atua em comunidades como a Luz Divina – região de urbanização recente em Barcarena, com quase 2 mil moradores em 300 terrenos cadastrados. A iniciativa fortalece o diálogo com lideranças locais e mantém a empresa conectada às necessidades da comunidade.

Outra moradora que sentiu na prática a mudança foi Roseane Rodrigues, doméstica, moradora do bairro São José



há 15 anos. “Quando cheguei aqui só usávamos poço, não havia água tratada nem encanada. Com o tempo, o poço ficou contaminado e já não servia nem para o banho. Quando a Águas de São Francisco chegou, há cinco anos, foi uma transformação. Passei a usar a água da torneira para beber, cozinhar e tomar banho, e percebi que era limpa, de qualidade e não fazia mal à minha família. Foi uma das maiores alegrias da minha vida ver a água tratada chegando em casa, beneficiando não só a mim, mas também meus vizinhos. Agradei muito a Deus por essa conquista”, conta.



CONTATE A ABCON

O diálogo leva ao avanço do saneamento no Brasil

<https://abconsindcon.com.br>